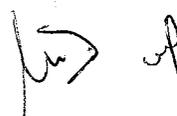
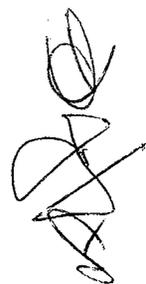
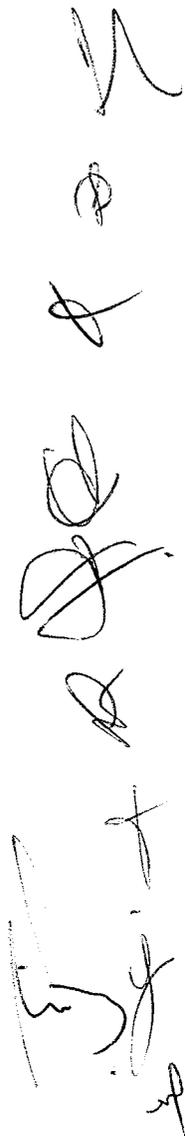
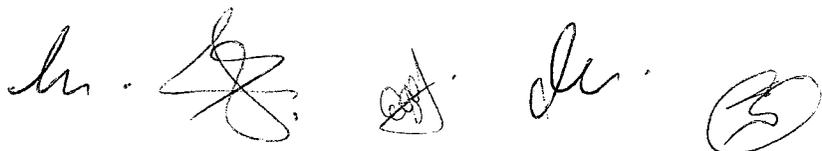


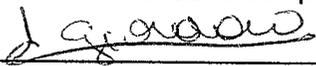
Aos 6 dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na sala de reuniões os membros da comissão de estudos do projeto de lei que altera a lei número 11.348 de 25 de outubro de 2011, Ana Cristina Pialarice Giordano, Bundy Celso Tiba, Carla Adriana Casaca, Cesar Henrique Ramos, Ester Gomez Gonçalves Siena, Fabio Vinicius Molin, Joao Bosco Dantas, Karen Bettina Ikeda de Ortiz, Liange Hiroe Doy, Luciana Viçoso de Oliveira, Luiz Evaldo da Silva Ferreira, Marcos José de Lima Urbaneja, Milton Ciriaco Dias, João Carlos Barbosa Perez, e como ouvinte os servidores aposentados Amelia Nascimento Magrinelli, Sonia maria Fernandes Simon, Jandira Lopes Genes, Tania Regina Aidar, Fatima Erkman, Erondina Pioato. A presidente do conselho administrativo da CAAPSMIL Ana Cristina deu início a reunião colocando que esta comissão é consultiva proposta pelo secretário de governo. Após os estudos quem vai aprovar ou não a alteração projeto, é o conselho administrativo. Conforme ficou acordado na reunião anterior, Cesar coloca os dados do plano de saúde colocando os valores por faixa etária Denilson coloca que a segunda tabela é o preço que o atuário conclui ser necessário por faixas etária para que o plano sobreviva, e a primeira tabela é o que se é praticado, Ester questiona o que está sendo levado em consideração enquanto receita, Cesar coloca que a tabela do atuária é o custo do plano, Denilson coloca que temos um subsidio hoje em média de duzentos reais per capita. Cesar coloca que as coparticipações são em torno de 400 mil reais por mês que não está no quadro, que não consta no cálculo do atuário, por isso tem um déficit de 98 mil reais, Bosco coloca que o atuário é mais conservador, Karen coloca que 98 mil está saindo do fundo hoje, segundo Cesar hoje são 723 indiretos que a maioria são filhos de servidores que perderam a qualidade de dependentes diretos, Cesar coloca que o atuário sugeriu 20 por cento de reajuste para os dependentes indiretos e que foi aprovado pelo conselho cinco por cento, Ester coloca que se tiver 80 por cento de reajuste para o indireto teria muitas ações na justiça, Denilson coloca que é inviável pois teria várias ações sim, Cesar coloca que em questão dos dependentes diretos o atuário sugeriu 7,63 de reajuste e que foi aprovado pelo conselho 3 por cento, segundo Cesar o reajuste sugerido pelo atuário seria para não ter déficit . Ester questiona se a proposta foi colocado no conselho. Karen coloca que foi sim colocado e teve uma segunda proposta que seria 9 por cento para todos, diretos e indiretos. Ester questiona se pode ter um novo reajuste durante este ano, Cesar coloca que nada impede que tenha um novo reajuste para os novos contratos, mas que os contratos antigos já foram reajustados em janeiro e que o reajuste é de 12 em 12 meses. Karen coloca que historicamente todos os anos a conta do atuário não vincula a proposta de reajuste, geralmente o conselho delibera por reajuste menor. Ana Cristina solicita um relatório dos que estão no teto, classificado por ativo e inativo e se ativos de que secretaria são, já que se observa que servidores aposentados teriam maior dificuldade de pagar o plano se acabasse o teto, Karen coloca que comunga da ideia da Ana Cristina que tem servidores que necessitam de plano e não conseguiria pagar, Ana Cristina mostra a tabela de servidores que estão no teto e que a diferença vai de R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos) até R\$ 575,04 (quinhentos e setenta e cinco reais e quatro centavos), Karen coloca que outras medidas que podem vir acompanhando o projeto de lei, pois R\$ 100 reais impacta sim na vida do servidor, Denilson coloca que entende a posição da Ana, pois o plano é um plano de alto gestão , cada beneficio concedido alguém paga, o que os servidores tem que entender é que todos os outros os 11 mil beneficiários aceitem a pagar um pouco mais, tem que achar um meio termo, Karen coloca que aproveitando a fala todos os cooperados compartilham os sucessos e fracasso, Marcelo coloca que justamente por isso existe o conselho e que o valor a ser reajustado no plano cabe ao conselho que é legitimado pelo voto do servidor, Ana Cristina questiona os representantes da administração porquê o projeto em estudo foi devolvido para a administração, Karen coloca que o conselho invocou o artigo 143 da lei, e mandou um oficio para o presidente da câmara alertando o não cumprimento



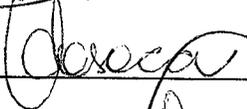
da lei, pois não teve parecer favorável, talvez seja por este ofício que a câmara devolveu para que a administração solicite o parecer favorável do conselho, e se for este o motivo logo a administração deverá solicitar o parecer do conselho. Cesar retorna fazendo a simulação com dois por cento conforme a prefeitura colocou no projeto. Joao Carlos coloca que tem no fundo 32 milhões e foi consumido aproximadamente 18 milhões no ano de 2017, João Carlos coloca que a necessidade de manutenção do teto pode ser levado para o governo pode ser levado para o governo que hoje é um valor de 47 mil reais, Joao Carlos coloca que execução da despesa e receita, devemos manter a reserva, Ester coloca que não entende o porquê misturar previdência e saúde, Joao Carlos coloca que o fundo não tem que ser diminuído, Bosco coloca que hoje tem 14 milhões de restos a pagar, os restos a pagar está no atuário, Cesar coloca que todas as despesas que estão empenhadas, João Carlos questiona aonde está a base do cálculo, existe a redução de despesas que está na base. Cesar coloca que tudo que efetivamente ocorre está no cálculo. Marcos coloca que o gasto total no mês é 4 milhões de despesas a pagar e questiona o montante em restos a pagar está em 14 milhões, Cesar coloca que o valor a ser pago é o correspondente a dois meses de despesas realizadas, Marcelo coloca que dois milhões e trezentos por mês e que vão deixar de ser repassado um valor de 15 milhões. João Carlos expõe que necessita de verificação com relação às bases de cálculos. Marcos diz que é necessário a leitura do cálculo atuarial pois o laudo apresenta impacto de 23%. Deve ser pego a execução de despesa de janeiro a dezembro. O restos a pagar tem impacto muito grande, Karen coloca que não está acompanhando a discussão, mas o que acontece na forma legal os 4 por cento o plano sobrevive, o repasse ou não impacta no valor da mensalidade, Marcos solicita que Cesar coloque os 2 por cento na simulação e que com certeza o déficit será maior, Cesar coloca que o atuário utiliza a despesa de um ano e faz a media, para calcular o reajuste para a mensalidade, João Carlos coloca que o prefeito fez uma lei de suspensão de 9 meses, e que ainda assim houve um superávit gerencial em 2016 de 11 milhões, Ester coloca que 11 milhões de superávit não justifica o não repasse da prefeitura, Ester pede para fazer outras simulações, foram feitas várias simulações. Denilson acredita que tem, além de aumento da mensalidade, teria que ser repensado também as despesas, rever farmácia, fisioterapia gratuita, consultas em ambulatório, Karen coloca que o fundo de saúde que só vai crescendo, tem uma receita de todos os servidores contribuem, e poucos são beneficiados, e quem os servidores cobram isso, Karen coloca que o fundo previdenciário está deficitário, sendo que o superávit poderia ser repassado para o fundo previdenciário, assim não teria o impacto negativo entre os servidores, talvez seria resolvido a necessidade da administração e não teria problema com o plano, Denilson coloca que isto foi proposto em 2016 mas isso não foi aceito pela maioria dos servidores, Marcelo coloca que se a administração fizer aporte não tem problema, é possível estabelecer um teto, trabalhar com um diferencial, desde que a administração estiver fazendo o aporte, isto não ocorreu até hoje. Ana Cristina coloca que ficou sabendo que não tem parecer do ministério da previdência do primeiro projeto, qual foi passada vidas do fundo financeiro para o fundo previdenciário, isso não resolveu o problema, foi feito um segundo projeto que também não tem parecer, que será a junção de massas e agora está sendo proposto um terceiro, com a segregação de massas em 31 de dezembro de 2015 qual será o parecer do ministério da previdência, eles exigiram uma proposta da administração em um novo projeto. Marcos falou "quanto aos questionamentos da conselheira Ana Cristina de que não existem os pareceres do ministério da previdência Marcos esteve em Brasília e protocolou requerimento solicitando análise técnica dos técnicos da previdência de regime próprio quanto a segregação de massa nos moldes do estudo apresentados pelos senhor Luiz Claudio Kogut, detentor da inscrição MIBA 1308, ressalta ainda que esteve algumas vezes em Brasília em reuniões inclusive com a presença do prefeito Marcelo Belinati que deu especial atenção ao tema solicitando ao ministério da previdência agilidade na

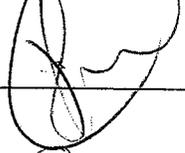


emissão do parecer, e os mesmos responderam que não poderiam realizar o estudo antes de realizar o dos outros municípios que estão na mesma situação que protocolaram visto que são apenas 8 técnicos da diretoria de atuário que fazem os estudo de todos os municípios do Brasil” Denilson afirma que em 2013 já se sabia que iria faltar dinheiro em 2017 e que foi buscado várias alternativas para solucionar o déficit da previdência , em 2014 foi feito um estudo e protocolado no ministério da previdência para um parecer, devido a demora, o projeto foi encaminhado para a câmara em 2016 sem o parecer do ministério da previdência, que emitiu um parecer na data da votação, o parecer é que se podia ser feito e que estaria vinculado a transferência de um ativo de 10 milhões e uma alíquota maior da parte patronal de 5 por cento dos professores, o que não foi feito pela administração, Denilson coloca que a CRP não foi emitida em 2018 porque houve a junção de massas. Ester coloca que não ocorreu efetivamente o aporte para a CAAPSML, o que está colocado no projeto não vai ser feito aporte Karen coloca que concorda com a Ester que quando fez a proposta deveria vir apurando a proposta do plano com a migração, não a administração se ausentar totalmente. João coloca que o projeto apresenta artigo contemplando aportes, dentro de um plano de amortização, Fabio coloca o plano de amortização não está no projeto. O Marcos coloca que a discussão deve ser feita com base técnica, todo mundo sabe que tem que fazer aporte, mas o prefeito só faz o aporte quanto o projeto for aprovado. Ana Cristina coloca que teria de ter uma garantia maior da administração se fará os aportes, pois em ata do conselho de 2016 quanto do projeto da junção de massas o atual secretário de fazenda garantiu que se o conselho apoiasse o projeto o aporte começaria em fevereiro de 2018 e agora só será feito se aprovar o projeto. Qual a garantia de se cumprir o que foi acordado se nem o que está nas referidas leis foi cumprido.

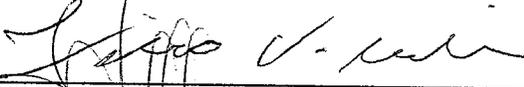
Ana Cristina Pialarice Giordano 

Bundy Celso Tiba 

Carla Adriana Casaca 

Cezar Henrique Ramos 

Ester Gomez Gonçalves Siena 

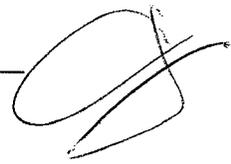
Fabio Vinicius Molin 

Joao Bosco Dantas 

João Carlos Barbosa Perez 

Karen Bettina Ikeda de Ortiz 









Liange Hiroe Doy Liange

Luciana Viçoso de Oliveira Luciana Viçoso de Oliveira

Luiz Evaldo da Silva Ferreira [Signature]

Marcos José de Lima Urbaneja Marcos José de Lima Urbaneja

Milton Ciriaco Dias Milton Ciriaco Dias

Rosangela Maria Cebulski Rosangela Maria Cebulski

MARCELLO A.P. MIRANDA LIMA

DEWILSON VIEIRA NOUROS

[Signature]